

DOI: 10.21057/repam.v11i1.24687

Recebido: 20-02-2017

Aprovado: 24-04-2017

Expansionismo das Grandes Potencias e Questão Nacional. A Revolução Mexicana na era dos Impérios

Luis Fernando Ayerbe¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar, a partir de uma breve descrição das disputas políticas e das mudanças de governo que marcaram o processo da Revolução Mexicana entre 1911 e 1917, o entrelaçamento entre dinâmicas locais e internacionais, em que se destaca a projeção de interesses das principais potências da época, cuja agenda no México incorpora determinantes impostas pela guerra mundial de 1914-1918.

Para tratar da temática proposta, serão contemplados dois níveis de análise: 1) contextualização histórica da chamada “Era dos Impérios”, entre o último quartel do século XIX e o final da Primeira Guerra, situando as posturas de Estados Unidos e Alemanha com relação ao México; 2) dimensionamento da Revolução Mexicana no debate de esquerda da época sobre a caracterização e impacto do imperialismo nas relações internacionais e nas dinâmicas revolucionárias de países de capitalismo atrasado, retomando abordagens nacionalistas cuja influência em processos políticos posteriores na América Latina nos parece significativa, apesar do reconhecimento pouco destacado como fonte de pesquisa sobre o período.

Palavras-chaves: Imperialismo – Questão nacional – Revolução Mexicana – Pensamento social latino-americano

Expansionismo de las Grandes Potencias y Cuestión Nacional. La Revolución Mexicana en la era de los Imperios

Resumen

El objetivo del artículo es analizar, a partir de una breve descripción de las disputas políticas y los cambios de gobierno que marcaron el proceso de la Revolución Mexicana entre 1911 y 1917, el entramado entre las dinámicas locales e internacionales, en que se destaca la proyección de intereses de las principales potencias de la época, cuya agenda en México incorpora determinantes impuestos por la guerra mundial de 1914-1918.

Para tratar de la temática propuesta, serán contemplados dos niveles de análisis: 1) contextualización histórica de la llamada “Era de los Imperios”, entre el último cuartel del siglo XIX y el final de la Primera Guerra, situando las posturas de Estados Unidos y Alemania con relación a

México; 2) dimensionamiento de la Revolución Mexicana en el debate de izquierda de la época sobre la caracterización e impacto del imperialismo en las relaciones internacionales y en las dinámicas revolucionarias de países de capitalismo atrasado, retomando abordajes nacionalistas cuya influencia en procesos políticos posteriores en América Latina nos parece significativo, aunque de reconocimiento poco destacado como fuente de investigación sobre ese período.

Palabras-clave: Imperialismo – Cuestión nacional – Revolución Mexicana – Pensamiento social latino-americano

Great Powers Expansionism and National Question. The Mexican Revolution in Theage of Empires

Abstract

The objective of the article is to analyze, from a brief description of the political disputes and the changes of government that marked the process of the Mexican Revolution between 1911 and 1917, the network between local and international dynamics, emphasizing the projection of interests of the major powers at the time, whose agenda in Mexico incorporates determinants imposed by world war 1914-1918.

To discuss the proposed theme they will be referred to two levels of analysis: 1) historical contextualization of the “Age of Empires” between the last quarter of the nineteenth century and the end of the First World War, bringing the positions of the US and Germany with regard to Mexico; 2) sizing of the Mexican Revolution in the debate on the left at the time on the characterization and impact of imperialism in international relations and in the revolutionary dynamics of late capitalism countries, taking back nationalists approaches whose influence on later political processes in Latin America seems significant, despite the lack of recognition as a source of research on the period.

Keywords: Imperialism – National question – Mexican revolution – Latin American social thought

Em janeiro de 2017, cumpriram-se cem anos da aprovação da Constituição de Querétaro, marco institucional das transformações econômicas, sociais e políticas do acontecimento histórico conhecido como Revolução Mexicana (RM). No mesmo mês, Donald Trump assume a presidência dos Estados Unidos (EUA), que torna o México alvo negativo destacado da sua política externa desde os primeiros dias de mandato, implementando uma agenda de expulsão massiva de imigrantes indocumentados, barreiras à entrada levadas ao paroxismo aprovando a construção de

¹ Professor de História e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: ayerbe@fclar.unesp.br

muro fronteiriço e ameaça de revisão do Tratado de livre-comércio da América do Norte (NAFTA).

Conforme analisaremos, a estigmatização do vizinho pela narrativa trumpiana, transformado em culpado por parte substancial dos problemas na economia e na segurança do país, adquire nuances diferenciadas ao retomarmos antecedentes históricos da incidência estadunidense nos assuntos internos mexicanos, especialmente na RM.

Em maio de 1911, a renúncia do presidente Porfirio Días abriu no México um processo de radicalização do conflito interno. O Porfiriato, de continuado exercício do poder por 30 anos, é considerado por historiadores como expressão emblemática da Ordem Neocolonial latino-americana que se consolida na segunda metade do século XIX (Donghi, 1992), em que a inserção internacional pautada pela abertura ao capital estrangeiro coincide com governos que expressam a hegemonia de setores primário-exportadores.

A presidência provisional de Francisco Madero, principal líder do movimento armado que impôs a saída de Días, será palco da emergência de polarizações centradas em movimentos camponeses que colocam a reforma agrária como premissa fundamental da revolução em curso, liderados por Emiliano Zapata, e setores que buscam limitar o alcance das transformações no campo, em aliança com EUA, nesse momento sob a presidência de William Taft. O general Victoriano Huerta, enviado por Madero para combater a revolta zapatista, termina sendo quem o destitui, assumindo a presidência, em acordo negociado com a embaixada dos EUA e com apoio do governo alemão, abrindo um processo de

radicalização em que novo movimento popular, liderado por Pancho Villa, assume destaque no norte do país. O importante peso do ativismo de Villa e Zapata na queda de Huerta em abril de 1914, abrirá um permanente estado de conflito com os sectores mais moderados, liderados por Venustiano Carranza, que conta com o apoio do novo mandatário estadunidense, Woodrow Wilson, e que exerce de fato o poder executivo até inícios de maio de 1917, quando se torna o primeiro presidente eleito sob os preceitos da Constituição aprovada em janeiro na cidade de Santiago de Querétaro, governando até maio de 1920, quando é assassinado.

Os conflitos armados, as disputas políticas e as mudanças de governo descritas brevemente no parágrafo anterior, envolvem um rico entrelaçamento de dinâmicas locais e internacionais, em que se destaca a projeção de potências cuja agenda incorpora determinantes associados à guerra mundial de 1914-1918.

Para tratar desse jogo de interesses no processo da RM, contemplaremos dois níveis de análise: 1) caracterização da chamada “Era dos Impérios”, entre o último quartel do século XIX e o final da Primeira Guerra, situando as posturas de EUA e Alemanha com relação ao México no período 1911-1917; 2) dimensionamento da RM no debate da época sobre imperialismo e revolução.

A Era dos Impérios

A “grande depressão” que afeta a economia internacional entre 1873 e 1895 contribuiu para desencadear uma reorganização estrutural do sistema. Junto à queda dos preços de bens

industriais e de matérias-primas, da diminuição do ritmo comercial e do crescimento do desemprego, verifica-se um aumento da produção e do investimento (Arrighi, 1996; Hobsbawm, 1988). O principal efeito dessa situação é o aumento da concorrência entre países e grupos econômicos, influenciando um amplo processo internacional de mudanças:

1) com a exceção da Inglaterra, que mantém o livre comércio, a maioria dos estados europeus adota políticas protecionistas, especialmente em relação à indústria têxtil e à importação de matérias-primas. Em função da política aberta adotada, a Inglaterra se destaca na produção e exportação de produtos industriais, tornando-se um grande importador de matérias-primas.

2) desenvolve-se um amplo processo de concentração industrial e de associação do capital industrial com o capital bancário, o que aumenta a capacidade de investimento das empresas e melhora sua competitividade no mercado. Grandes grupos empresariais passam a controlar a produção de carvão, de petróleo e de setores industriais completos, comprometendo a concorrência das pequenas firmas privadas.

3) O progresso técnico e científico torna-se cada vez mais um componente do aumento da produtividade na indústria. Os setores químico, elétrico e a construção de máquinas passam a liderar o desenvolvimento industrial.

4) A diminuição da lucratividade no interior das economias nacionais contribui para acentuar as políticas expansionistas na busca de novos

mercados e áreas de investimento. A conquista de colônias ganha novo impulso.

O *boom* econômico que sucede à depressão entre os anos 1890 e 1914, conhecido como *belle époque*, é uma fase de expansão dos negócios e de prosperidade, fortemente influenciada pela reorganização do capitalismo acima descrita.

A integração da economia internacional aumenta consideravelmente. O processo de industrialização se acentua, especialmente em algumas áreas periféricas da Europa, América do Norte e Japão. A liderança da Inglaterra começa a ser desafiada pelo avanço de países como Alemanha e EUA. As inovações tecnológicas aceleram a diferenciação entre países industrializados e de economia agropastoril. Aumenta a população, o consumo, a urbanização e a renda do setor assalariado nos países de capitalismo mais desenvolvido. Esses fatores, em conjunto, contribuem para torna-los mais dependentes do fornecimento de matérias-primas, na medida em que se multiplica a demanda tanto da indústria como do consumo de massa. Isso exige cada vez mais o controle das fontes de fornecimento de produtos primários, especialmente as situadas na África, Ásia e América Latina.

Nesse período, ao mesmo tempo em que crescem o comércio mundial de produtos primários e as áreas destinadas à sua produção, também aumenta o fluxo de capitais em direção aos países periféricos, destinado prioritariamente a obras de infraestrutura como ferrovias e portos, buscando melhorar as condições de transporte da produção para o comércio.

A especialização dos países em função do que produzem e exportam (produtos industrializados ou matérias-primas), a crescente integração da economia internacional em função da dinâmica do seu núcleo mais desenvolvido, a divisão territorial do mundo entre as grandes potências e a consolidação do monopólio como tendência dominante da organização do capital compõem o novo quadro do capitalismo do fim do século XIX.

Além desses fatores, argumentos de ordem ideológica e cultural se destacam na explicação do fenômeno expansionista. O apelo para o sentimento de nacionalidade aparece como elemento importante de coesão ideológica. Em face do fortalecimento do movimento operário e dos partidos socialistas, a associação das melhorias econômicas e sociais com ideários de conquista, glória e poder imperial busca amenizar contradições internas. A noção corrente da época de que o *status* de grande potência decorre da posse de colônias junto com a ideia do homem branco ocidental como civilizador do mundo selvagem também contribuem para a composição do quadro do “novo imperialismo”.

América Latina

Como já destacamos, a América Latina ocupa um lugar destacado como fornecedora de produtos primários. A partir da segunda metade do século, ocorrerão nessa parte do continente grandes mudanças na estrutura econômica, cujo impulso se origina do dinamismo do capitalismo europeu.

Os países começam a especializar-se em função da demanda externa. O desenvolvimento da

monocultura permite a expansão das exportações, cujo dinamismo financia a modernização do aparato produtivo, dos transportes, das comunicações e dos serviços públicos. É para esses setores que será destinada a maior parte dos investimentos estrangeiros. Até o final do século XIX, a exportação de capitais para a América Latina se efetivará prioritariamente através de empréstimos, destinados a fortalecer as finanças dos Estados recém constituídos (passo necessário à consolidação de uma autoridade nacional legalmente responsável pelos compromissos financeiros assumidos), à construção de obras de infraestrutura associadas à melhoria da comercialização da produção nacional (portos, ferrovias, telégrafo, etc.) e ao desenvolvimento dos centros urbanos (embelezamento das cidades, melhoria nos serviços públicos, etc.).

Dessa maneira, a América Latina torna-se uma área importante, não apenas como fornecedora de matérias-primas, senão também como compradora de produtos manufaturados, de materiais e de equipamentos para construção das obras de infraestrutura, pagamento de transportes, fretes, e captação de empréstimos.

Em contraposição ao dinamismo do setor exportador, a chamada Ordem Neocolonial aprofunda vários problemas das economias latino-americanas: o desestímulo à produção local para o mercado interno leva a uma crise no abastecimento de produtos básicos como alimentos e vestuário de consumo popular, que passam a compor a lista das importações; cresce cada vez mais a dependência em relação ao consumo internacional de produtos primários; o controle do capital estrangeiro se

estende por vários setores econômicos incluindo os serviços públicos (água, gás e eletricidade), os transportes urbanos e as ferrovias.

No final do século XIX, o predomínio dos investimentos estrangeiros na América Latina corresponde à Grã-Bretanha, mas a presença de EUA é cada vez mais importante. Entre 1895 e 1913, os investimentos ingleses passam de 552,5 milhões de libras esterlinas para 1179,9 e os investimentos de EUA, de 304,3 para 1275,8 milhões de dólares (Minsburg, 1987).

Estados Unidos

Até meados da década de 1860, quando o Norte vence a guerra civil (1865), os EUA estão preocupados fundamentalmente com sua fronteira interna. A expansão territorial consome a maior parte dos recursos humanos e capitais disponíveis. Na política externa, a orientação do país se pauta pelo isolacionismo, evitando o envolvimento nas disputas entre as potências europeias. O presidente George Washington foi um dos precursores na defesa dessa postura. No discurso de despedida ao Congresso em 17 de setembro de 1796, apresenta os argumentos favoráveis à separação do Novo e Velho Mundo, que darão impulso posterior à ideia de Hemisfério Ocidental, denominação aplicada ao continente americano:

A nossa grande regra de conduta em relação às nações estrangeiras é, embora ampliando nossas relações comerciais, ter a menor conexão política com elas... Europa tem um conjunto de interesses primordiais com o qual não possuímos nenhuma relação ou então relações muito remotas. Daí o fato de ela se ver engajada em frequentes controvérsias cujas causas são essencialmente estranhas às nossas preocupações ... Nossa situação destacada e distante permite-nos e convida-nos a que

sigamos um curso diferente... Nossa verdadeira política é permanecer afastados de alianças permanentes com qualquer porção do mundo exterior (May, 1964, p. 40).

A partir da doutrina formulada pelo presidente James Monroe em 1823, a defesa do isolamento em relação à Europa passa a ser estendida ao conjunto do hemisfério. Manifestando preocupação com as intenções da Espanha de reverter, com o apoio da Santa Aliança, o processo de independência latino-americano, os EUA decidem fixar limites à intervenção de potências europeias no continente, ameaçando agir militarmente na defesa da soberania do continente (Ayerbe, 2012).

Na primeira metade do século XIX, a projeção do país vai ganhando novas dimensões, com a expansão territorial do período 1803 e 1853, que amplia os limites das treze colônias, num processo que ganha contornos ideológicos: “É pelo direito do nosso destino manifesto cobrir e possuir todo o continente que a Providência nos deu para o desenvolvimento do grande experimento da liberdade”.

A frase anterior é de John L. O’Sullivan, extraída de um ensaio publicado em fevereiro de 1845 no *The New York Morning News*, jornal vinculado ao Partido Democrata e do qual era um dos editores. Na perspectiva do “destino manifesto”, dada a “excepcionalidade” do seu desenvolvimento político e econômico, os EUA estariam predestinados a promover os valores do seu modo de vida para fora das fronteiras, levando a liberdade e a prosperidade a povos atrasados.

O artigo de O’Sullivan vem à luz no momento em que o governo do presidente James

Polk (1845-1849) considera a incorporação da república do Texas ao território nacional. Embora originalmente fizesse parte do México, a crescente migração de colonos estadunidenses desencadeou um processo autonomista que conclui com a obtenção da independência em 1836. A decisão do Congresso de Estados Unidos em favor da anexação, com apoio dos texanos, não é aceita pelo governo mexicano, gerando um impasse cujo resultado é a guerra.

A vitória estadunidense dá lugar ao tratado de Guadalupe-Hidalgo, de fevereiro de 1848, que define as novas fronteiras entre os dois países ao sul e ao norte do Rio Grande. Para o desfecho das negociações, teve particular importância a atuação do enviado oficial de Polk, Nicholas Trist, opositor de setores domésticos que propunham transformar a vitória bélica numa incorporação total do México aos EUA, de grande influência em Washington. Ressaltando os graves prejuízos que essa anexação traria à integridade nacional, seus argumentos são precursores de narrativas recorrentes que estigmatizam o México: “Embora entre as nações da terra, somos aquela acima de todas as outras... o México ocupa o ponto mais baixo da mesma escala” (Shultz, 2000, p. 51).

Na medida em que os EUA vão consolidando o seu desenvolvimento econômico interno e definindo objetivos prioritários de interesse no cenário internacional, a política em relação à América Latina passa a assumir contornos mais nítidos. Nos anos 1880, é proposto aos países da região a fundação de um sistema pan-americano. Na primeira conferência para a discussão do assunto, realizada em Washington

entre outubro de 1889 e abril de 1890, o governo estadunidense coloca entre os principais pontos da pauta a criação de uma união aduaneira e o estabelecimento de um sistema de arbitragem obrigatório para os conflitos do hemisfério. A desconfiança da maior parte dos representantes dos países latino-americanos com as intenções expansionistas da potência emergente, em parte estimulada pela Inglaterra e seu principal aliado regional, a Argentina, contribuem para bloquear as duas iniciativas. O principal resultado da reunião foi a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede em Washington, que passa a reunir informações econômicas sobre os países da região. A partir desse momento, o sistema pan-americano funcionará como instrumento de consulta sobre assuntos do hemisfério, com a convocação de conferências periódicas. A décima e última reunião será realizada em Caracas, em 1954.

Ao final do século XIX, os EUA já ultrapassam em desenvolvimento industrial a Inglaterra e a Alemanha, e apresentam uma estrutura econômica altamente concentrada, com grande potencial de competição no mercado internacional (Robertson, 1967). É coincidentemente nessa época que aparecem importantes formulações teóricas defendendo um lugar de grandeza para o país no concerto das nações, com destaque para o livro do almirante Alfred Mahan, publicado em 1890, *A Influência do Poder Marítimo na História*.

Em nação cuja elite dirigente vislumbra um lugar proeminente na terra, visões estratégicas como as de Mahan, que considera o poderio naval

e o controle dos mares como principais atributos do *status* de grande potência, terão forte influência. Um dos seus discípulos mais ilustres será Theodore Roosevelt, que em dezembro de 1904, como presidente, enuncia Corolário para a Doutrina Monroe (Ayerbe, 2012).

Sob o pretexto de defender o hemisfério das políticas imperiais de potências extracontinentais, a raiz de problemas surgidos com a insolvência da Venezuela no pagamento da sua dívida externa, que tem seus portos bloqueados por uma esquadra de barcos ingleses, alemães e italianos, os EUA se adjudicam o direito exclusivo de intervenção. De acordo com o documento oficial:

Nossos interesses e os dos nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos. Eles possuem grandes riquezas naturais, e se dentro de seus limites o reino da lei e da justiça é alcançado, então é certo que a prosperidade virá junto. Enquanto obedecem assim às leis primárias da sociedade civilizada podem eles ficar tranquilos e certos de que serão por nós tratados num clima de simpatia cordial e proveitosa. Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas (Morris, 1964, p. 184-185)

A política para a América Latina durante o governo Roosevelt (1901-1909) será conhecida como “big stick”, promovendo intervenções em vários países na América Central e Caribe. A origem dessa denominação é uma frase retirada de um provérbio indígena ouvido por Roosevelt numa viagem à África Oriental: “Quando fores visitar teu adversário fala em voz baixa mas leva um porrete na mão” (Boersner, 1990, p. 196). Entre os acontecimentos que marcaram a política para a

região nesse período, destacam-se a assinatura da Emenda Platt, em 1902, estabelecendo a tutela sobre Cuba e a autorização, em 1903, para a instalação de uma base militar em Guantánamo; o apoio à insurreição separatista de Panamá em relação à Colômbia, que culmina com a formação do novo Estado e a cessão, em novembro de 1903, do controle da zona do canal aos EUA, e o desembarque na República Dominicana em 1905, em aplicação do Corolário Roosevelt, assumindo a administração das aduanas com o objetivo de garantir o pagamento da dívida externa. Seguindo a orientação das ideias de Mahan, a Marinha do país se expande durante sua presidência, passando do terceiro lugar no mundo para o segundo, atrás da Inglaterra.

No início do século XX, os EUA aparecem como uma potência econômica de primeira ordem, com uma política externa que define como objetivo prioritário a hegemonia no continente americano.

William Taft, sucessor de Roosevelt (1909-1913), dará sequência ao monroismo na América Latina, inovando sobre a noção de “América para os americanos” em função da proteção de investimentos do país contra a concorrência de empresas externas ao hemisfério, especialmente europeias e japonesas. Conhecida como “Diplomacia do dólar”, e de aplicabilidade prioritária no México, América Central e o Caribe, exerceu pressão sobre governos, inclusive ameaçando o envio de tropas, para que rejeitem ou revertam autorizações já feitas à entrada de capitais, obtendo inclusive uma resolução do Congresso de EUA explicitando que “não toleraria a transferência de zonas ‘estratégicas’ das

Américas a companhias privadas extracontinentais” (Boersner, op. Cit, p. 198). Em 1912, houve ameaças contra o governo mexicano e uma empresa japonesa que obteve concessões na Baixa Califórnia, conseguindo reverter esses investimentos.

A eleição de Woodrow Wilson (1913-1921) gerou expectativas de mudança nas relações com a região, dada sua trajetória intelectual como professor universitário e político associada à valorização de uma atuação internacional pautada prioritariamente em propósitos éticos, respeitosa da legalidade e dos princípios da convivência e da cooperação entre as nações. No entanto, na prática não houve transformações significativas. Sobre a base de um novo discurso que valorizava a intervenção como meio de proteção das nações americanas contra os inimigos da democracia, promoveu várias ações militares na América Central, Caribe e México.

Em 1915, a raiz da crise política desencadeada no Haiti pela derrocada do presidente Sam, decreta a invasão militar e impõe uma constituição que declara o país protetorado dos EUA, situação que se mantém até 1933. Em 1916, os fuzileiros navais ocupam a República Dominicana, onde permanecem por 8 anos. No Panamá, amplia a presença militar na zona do canal, enviando tropas em 1918. No México, intervêm militarmente em 1914, sob o argumento de pacificar o conflito entre as facções políticas do então presidente Huerta e da oposição, liderada por Carranza. Em 1917, após o triunfo da revolução e da ascensão de Carranza à presidência, promove nova invasão para reprimir incursão das forças de

Pancho Villa em território estadunidense, em que morreram 35 cidadãos do país.

Nas relações com potências extracontinentais, a administração Wilson não seguirá a lógica do seu antecessor em termos de prioridade ao controle de entrada de capitais. Seus primeiros anos de governo coincidem com a escalada do conflito interno no México e a guerra na Europa, influenciando sua política externa.

Cabe destacar aqui a atuação da Alemanha, cuja presença histórica no México é fundamentalmente econômica, ainda que em escala reduzida. Em 1910, seus investimentos correspondiam a 6% do total estrangeiro, representando no comércio exterior mexicano 13% das importações e 3% das exportações dirigidas à Alemanha (Garcia Diego, 1992). O acionar diplomático estará fortemente condicionado pela preocupação alemã com a posição de EUA frente ao conflito iminente na Europa, evitando se indispor num primeiro momento, e na medida em que as preferências de Wilson se mostravam claramente pela Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), passa a promover um jogo de alianças apoiando setores opositores a Carranza, especialmente Pancho Villa, com a esperança de que uma guerra civil em grande escala obrigaria EUA a uma intervenção maciça, debilitando sua presença na Europa. Como parte dessas manobras, se apostava em dificultar a exportação de petróleo mexicano para Inglaterra, cuja marinha era fortemente dependente dessa fonte energética, e que tinha assumido uma postura diplomática pouco ativa com relação ao México, tendendo a buscar amparo nos EUA para a defesa dos seus interesses.

A estratégia alemã perde efetividade em 1917, ano em que se consolida a liderança de Carranza, se institucionaliza a Revolução com a promulgação da constituição, e os EUA entram na Guerra.

A Revolução Mexicana e o Debate da Época sobre Imperialismo

Para caracterizar a nova situação internacional entre os anos 1875-1914, o termo “imperialismo” aparece entre analistas como denominação mais frequente. Para alguns, existe uma política expansionista não necessariamente motivada por interesses econômicos, para outros, o capitalismo entrou numa nova fase, caracterizada como imperialista, que só pode ser compreendida pela análise das mudanças estruturais que aconteceram na economia nas últimas décadas do século XIX.

Na época, no seio da II Internacional Socialista, começa a ganhar destaque o estudo da nova dinâmica do capitalismo como premissa necessária à formulação de estratégias políticas capazes de dar resposta aos desafios da ordem em formação.

A expansão constante do sistema no plano mundial; a política agressiva de potências emergentes como a Alemanha, que busca uma nova partilha colonial; o acentuado crescimento econômico dos países centrais; a estabilização política interna; a maior organização da classe operária e a melhoria do seu padrão de vida, que a faz participar, embora de maneira reduzida, dos lucros advindos da expansão imperial, geram respostas antagônicas dentro do movimento socialista, acendendo um importante debate.

Eduard Bernstein, importante teórico e liderança do Partido Social Democrata alemão (PSDA), se destaca entre os defensores do aprofundamento da democracia, valorizando a ação legalista no parlamento e nos sindicatos em detrimento da revolução como via para o socialismo: “a democracia é uma condição para o socialismo...não se trata unicamente de um meio, mas da sua própria substância” (Bernstein, 1997, p. 126)

No âmbito das relações internacionais, Bernstein não verá incompatibilidades entre a expansão colonial da Alemanha e a estratégia transformadora do PSDA:

É matéria absolutamente indiferente para o socialismo de hoje, ou para o movimento operário, se novas colônias provariam constituir um êxito ou não. A suposição de que a expansão colonial restringiria a realização do socialismo baseia-se na ideia totalmente desgastada de que tal realização depende da crescente contração do círculo dos abastados e da crescente miséria dos pobres... A tal respeito, a democracia social alemã nada tem a recear da política colonial do império alemão. (op. Cit., p. 132)

Quando essa expansão se efetiva numa política externa belicista, Bernstein acompanhará, junto à maioria do seu partido, a investida imperialista nacional que desemboca na Primeira Guerra Mundial.

No âmbito da socialdemocracia russa, Vladimir Lenin se situa em campo oposto da postura predominante no PSDA. Embora reconhecendo que a expansão do capitalismo tende a amenizar as contradições internas nos países mais desenvolvidos, permitindo uma certadistribuição de renda e favorecendo políticas reformistas por parte dos partidos socialistas, isso

não significa o início de uma era de estabilidade permanente do sistema ou a caducidade da ideia de revolução socialista.

Junto com a prosperidade dos países centrais e a “aristocracia operária”, o imperialismo gera uma nova divisão internacional do trabalho pela partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas, deslocando os sintomas agudos da gravidade da crise do centro para a periferia do sistema. É aqui que se localizam os elos fracos da cadeia imperialista, junto com as condições objetivas da revolução. Citando o autor:

O imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências (Lenin, 1979, p. 88).

Para Lênin, o imperialismo representa a negação, via expansão externa, das contradições internas do modo de produção capitalista nos países centrais, uma fase específica do capitalismo na qual algumas das suas características fundamentais se transformam em seu contrário:

a) O capitalismo já não pode ser associado com a livre concorrência num contexto em que grupos cada vez mais concentrados do capital industrial e bancário se associam para disputar o domínio dos mercados, e Estados capitalistas se lançam a uma luta de vida ou morte pela hegemonia mundial.

b) as relações econômicas internacionais entre países centrais e periféricos já não têm como principal eixo dinâmico a exportação de mercadorias em troca de produtos primários. Junto com a necessidade crescente do controle das fontes de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento industrial, o que prevalece é a exportação de capitais.

Muitas das afirmações de Lênin em relação ao imperialismo dão lugar à controvérsia, seja porque expressam um contexto específico ou limitações de ordem interpretativa, tendo em vista as fontes disponíveis na época. Entre as teses mais questionadas estão a exportação de capitais como marco das novas relações centro-periferia e a associação cronológica que coloca a concentração industrial e a exportação de capitais como processos prévios à expansão colonial. De acordo com Barratt Brown,

A expansão tanto dos territórios como da exportação de capital ocorreu simultaneamente para a Grã-Bretanha na década de 1860 e para a França nas décadas de 1870-1890, enquanto a expansão territorial alemã precedeu suas exportações de capital. Além disso, a maior parte da expansão de capital ocorreu antes do “estágio monopolístico” que se seguiu à grande depressão (Barratt Brown, 1978, p. 174).

Para Raymond Aron, a Primeira Guerra Mundial não foi um fato inevitável provocado por fenômenos econômicos determinantes. “Pode ser que a partilha pacífica seja impossível, mas não devido ao capitalismo moderno e sim à avareza milenar, que leva à guerra... Nem os monopólios nem a dialética poderiam tornar inevitável o que era irracional” (Aron, 2002, p. 361).

Apesar das críticas, as teses de Lenin transcendem o contexto específico da sua formulação. Elas se tornam um ponto de referência de caracterizações posteriores do capitalismo mundial. Isso acontece por um motivo fundamental: a sua análise forneceu a base teórica de uma tática política de combate às posições favoráveis à guerra na II Internacional, contribuindo para que, num dos elos fracos da cadeia imperialista - a Rússia -, a guerra mundial

se transforme em guerra revolucionária. Este fato influenciou uma mudança substancial na situação internacional a partir da Primeira Guerra Mundial. Aparece um espaço nacional de oposição à ordem capitalista, que orienta sua política externa baseado em princípios teóricos que explicitam sua fonte original em Lenin, com progressiva influência internacional.

Em relação à consonância entre fatos e modelo teórico, diversas análises sobre o período entre o último quartel do século XIX e o começo do século XX coincidem em destacar como pauta peculiar das relações internacionais o expansionismo das grandes potências e a luta dos monopólios pelo controle dos mercados. Isso não significa consenso com a previsão leninista de colapso geral do capitalismo implícita nos termos “estágio superior” ou “última etapa”.

Como parte da projeção internacional da Revolução Russa, é criada em 1919 a III Internacional, que adota o comunismo como referência estratégica da luta anticapitalista, se diferenciando da II Internacional Socialista. A partir desse momento, crescente número de partidos ao redor do mundo passa a aderir à nova organização, caso do Partido Comunista Mexicano (PCM), fundado nesse mesmo ano. Adotando o marxismo-leninismo como orientação político-ideológica, terá uma relação tensa com o governo nacional originário da revolução, sendo declarado ilegal em 1929.

De fato, ainda que 1917 tenha sido um ano emblemático das revoluções russa e mexicana, esta última não transcende como evento significativo nos seis primeiros congressos da III

Internacional, que transcorrem entre 1919 e 1928. Seu caráter nacional, poli classista e de forte identidade camponesa não coincide com a reivindicação proletária e comunista que marca essa etapa, que passará por revisão no VII Congresso de 1935, em que a luta antifascista e a política de frente única adquirem prioridade.

Em contraste com essa tendência, a RM será evento chave em vertentes não comunistas da esquerda latino-americana, em que cobra destaque como resposta ao mesmo tempo emancipadora e anti-imperialista. É o caso do peruano Víctor Raúl Haya de la Torre, fundador em 1924 da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), que atribui tanto à direita como à esquerda da região um colonialismo mental eurocêntrico, ao mimetizar experiências que se bem foram expressão legítima das suas respectivas realidades, como as revoluções francesa e russa, não podem transferir-se automaticamente à *Indoamérica*, em que o imperialismo adquire característicaspeculiares:

Se, de acordo com a tese neomarxista, “o imperialismo é a última etapa do capitalismo”, esta afirmação não pode aplicar-se a todas as regiões da terra. Efetivamente, é “a última etapa”: mas só para os países industrializados que cumpriram todo o processo de negação e sucessão das etapas anteriores. Mas para os países de economia primitiva ou retrasada aos que o capitalismo chega sob a forma imperialista, esta é “sua primeira etapa” (De la Torre, 1972, p. 11).

A partir dessa caracterização, o policlassismo da RM passa a ser valorado como expressão transformadora pautada na realidade *indoamericana*, cujo sentido antifeudal e anti-imperialista estaria presente na Constituição de 1917:

O movimento social mexicano é, essencialmente: primeiro, a explosão cidadã contra a ditadura feudal, supressora despótica dos direitos democráticos; depois, o levantamento camponês contra a classe que esse governo representava, e, finalmente, a ação conjunta das massas da cidade e do campo -camponês, operário e classe média-, que se cristaliza juridicamente na Constituição de Querétaro de 1917. O conteúdo social-económico dessa lei fundamental da Revolução Mexicana é antifeudal e anti-imperialista no artigo 27, operaria e mesoclassista no artigo 123, e demo-burguês ou liberal na sua inspiração (*ibid.*, p. 111).

Claramente, os dois artigos citados são reveladores das preocupações nacionais e sociais da Constituição. No de nº 27 se destaca a atribuição ao Estado da administração da terra, da água e dos recursos do subsolo, no de nº 123 se estabelecem os direitos para os trabalhadores, incluindo a previdência social (Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, 1917).

Assim como em outras experiências revolucionárias, Haya de la Torre atribui à do México uma nova forma de organização estatal, o Estado anti-imperialista, que

não pode ser um Estado capitalista ou burguês do tipo da França, Inglaterra ou dos Estados Unidos ... cairíamos inexoravelmente sob o rodilho do imperialismo ... deve ser, então, antes de mais nada, Estado de defesa, que oponha ao sistema capitalista que determina o imperialismo, um sistema novo (*ibid.*, p. 114).

Como parte dessa concepção de transformação em regiões atrasadas do capitalismo, propõe como estratégia política a formação de frentes anti-imperialistas. Assim como a APRA em *indoamérica*, reivindica o Kuomintang na China, fundado em 1912 por Sun YatSen, líder da revolução de Xinhai, que em 1911 destituiu a dinastia imperial Manchu e estabeleceu a república.

Num contexto em que o debate sobre imperialismo e revolução do pós-Primeira Guerra demarca uma ruptura entre organizações vinculadas à II e III Internacional, o anti-imperialismo poli classista inspirado na RM inaugura vertente de grande influência na política latino-americana das décadas subsequentes. Se perfila um nacionalismo que busca equidistância tanto de liberalismos autóctones associados a EUA como do socialismo identificado com a ex-União Soviética.

Sem entrar em avaliações alheias aos objetivos deste artigo sobre a diversidade político-ideológica e trajetória das experiências associadas a esse processo, há exemplos representativos da sua presença no poder estatal, seja através de disputas eleitorais, insurreições ou golpes militares. No plano eleitoral, cabe destacar a APRA peruana liderada pelo próprio Haya de la Torre até sua morte em 1979, chegando por primeira vez à presidência com Alan García em 1985, o trabalhismo no Brasil e o justicialismo na Argentina, fundados respectivamente por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, que exercem a presidência em diferentes momentos a partir dos anos 30. No plano insurrecional, ressaltamos a Revolução Boliviana de 1952, dirigida pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), e a Revolução Sandinista na Nicarágua de 1979, conduzida pela Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN). No plano militar, sobressaem os golpes encabeçados por Velazco Alvarado no Peru em 1968, e Juan José Torres na Bolívia em 1970 (Ayerbe, 2012).

Considerações Finais

Frente à especificidade deste artigo, que se situa historicamente no contexto da segunda década do século XX, a dicotomia imperialismo-anti-imperialismo assume especial relevância. Desde essa perspectiva, o internacional na RM é abordado em duas direções: a partir da disputa de influência de grandes potências durante o processo de conflito interno entre a queda de Porfirio Díaz e a constituição de Querétaro, e como acontecimento capaz de gerar impactos transformadores para além das suas fronteiras.

No tratamento da atuação das potências, buscamos evitar reducionismos que condenam países da periferia do capitalismo à inevitabilidade de um destino definido desde o exterior, trabalhando três dimensões: 1) ideários defensores da projeção do poder de Estados imperialistas vinculados a identidades nacionais que exaltam princípios ideológicos; 2) a defesa paralela de interesses económicos estatais ou privados e sua interação com interesses de setores internos do país sob intervenção; 3) impacto da conjuntura histórica.

A última dimensão é visível no caso da Alemanha, cuja atuação no México entre 1913 e 1917 esteve pautada principalmente pela evolução da conjuntura europeia associada à guerra, apoiando Huerta até sua queda e posteriormente a setores insurgentes com o objetivo de estimular o conflito armado em níveis que levassem à intervenção de EUA, o que poderia limitar seu apoio à Tríplice Entente. Diferentemente, na postura de EUA se visualizam claramente as duas

primeiras dimensões, com a continuidade de uma visão intervencionista associada à doutrina Monroe, em que William Taft incorpora ao *Big Stick* de Theodore Roosevelt a Diplomacia do Dólar, à qual segue uma defesa permanente de Carranza por parte de Woodrow Wilson, argumentando a necessidade de uma institucionalização que favoreça determinados grupos nas disputas internas mexicanas.

Na caracterização da RM como acontecimento gerador de transformações que se projetam ao exterior, buscamos recuperar parte do debate da esquerda na época, priorizando visões com projeção estratégica. Desde essa perspectiva, retomamos, frente à influência marcante do leninismo como referência interpretativa, o contraponto estabelecido por Haya de la Torre, que coloca em exame vários aspectos importantes. Se bem reconhece que o imperialismo é a característica emblemática do capitalismo, diferencia seu significado no centro e na periferia do sistema, em que se apresenta, respectivamente, como última e primeira etapa. Consequentemente, defende que a revolução nos países de capitalismo atrasado é essencialmente anti-imperialista e poli classista, atribuindo à RM um sentido transcendente e não meramente transicional para o socialismo e o comunismo.

Nesse sentido, a Revolução Russa gerou seu próprio espaço internacional, provocando como resposta a disputa bipolar EUA-União Soviética na Guerra Fria. Em essa mesma perspectiva, a RM foi precursora de movimentos e correntes que marcaram a trajetória política latino-americana em sua busca de alternativas que se

pretendiam equidistantes entre esses dois polos de poder.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro-RJ; Editora Contraponto, São Paulo-SP; Editora da Unesp, 1996.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sergio Bath. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. *Los Estados Unidos y la América Latina. La construcción de la hegemonía*. 2º edição, La Habana; Fondo Editorial Casa de las Américas, 2012.

BARRATT BROWN, Michael. *A Economia Política do Imperialismo*. Tradução de Ney Kruel. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1978.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Tradução de Manuel Teles. Rio de Janeiro-RJ; Jorge Zahar Editor, 1997.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones Internacionales de América Latina*. Caracas; Nueva Sociedad, 1990.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. (http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpeum/CPEUM_orig_05feb1917_ima.pdf), 1917, página visualizada em 19/02/2017.

DONGHI, Tulio Halperin. *História Contemporânea de América Latina*. Buenos Aires; Alianza Editorial, 1992.

GARCIADIEGO, Javier. “Alemania y la Revolución Mexicana”, *Foro Internacional, El Colegio de México*, vol. XXXII, nº 4, pg. 429-442, abril-setembro, 1992.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA*. 4ta edição. Lince; Centro de Documentación Andina, 1972.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro-RJ; Editora Paz e Terra, 1988.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo-SP; Editora Global, 1979.

MAY, Ernest. (org.) *Os Grandes Debates da Política Exterior Norte-Americana*. Tradução de Sérgio Moraes Rego. Rio de Janeiro-RJ; Editora Record, 1964.

MINSBURG, Naum. *Capitales extranjeros y grupos dominantes argentinos*. Buenos Aires; Centro Editor de América Latina, 1987.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos de história dos Estados Unidos*. Tradução de Francisco Rocha Filho. Rio de Janeiro-RJ; Editora Fundo de Cultura, 1956.

ROBERTSON, Ross. *História da Economia Americana*. Tradução de J. L. Mello. Rio de Janeiro-RJ; Editora Record, 1967.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Tradução de Raul Fiker. Baurú -SP; Editora EDUSC, 2000.